

ENTRE A CRUZ E O ESQUADRO: IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA NA IMPRENSA DE FRANCA (SP) (1882-1901).

TAVARES, Marcelo dos Reis (UNESP/Franca)

Apresentação

O objetivo do presente trabalho é tecer algumas considerações acerca do debate travado entre católicos ultramontanos e maçons, em alguns dos principais jornais da cidade de Franca (SP), entre os anos de 1882 e 1901. O recorte temporal situa-se entre o ano de 1882, em que foi publicado o primeiro número do *Nono Distrito*, e 1901, data dos últimos artigos de Monsenhor Rosa na *Tribuna da Franca*.

1. O ultramontanismo

Nos pontificados do papa Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1878-1903), intensificaram-se as ações da Igreja Católica no sentido de combater a expansão do liberalismo, do racionalismo e de seus impactos nos campos religioso, filosófico e político. Esse combate ao mundo moderno ficou conhecido como ultramontanismo, pois pregava a total submissão dos poderes temporais à autoridade papal, situada “além dos Alpes”¹. Além de condenar o protestantismo, a Igreja se voltava contra a Maçonaria, considerada como a responsável mais visível pelas agruras enfrentadas durante o processo da Unificação Italiana, como a perda dos Estados Pontifícios.

De acordo com Ivan Aparecido Manoel, catolicismo romanizado ou ultramontano, foi

aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoiava em : 1) reforço do tradicional magistério, incluindo-se a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão e aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade do papa, no Concílio Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção da medievalidade como paradigma de organização social, política e econômica².

As reformas ultramontanas no Brasil objetivavam uma férrea submissão aos preceitos tridentinos consubstanciados na Santa Sé, impactando nas esferas

¹ WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987, p. 178.

² MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 – 1960)*. Maringá: EDUEM, 2004, p. 45.

doutrinária, jurídico-administrativa, pastoral e litúrgico-devocional³. Desencadeadas pela conjuntura internacional vivida pela Igreja, especialmente a partir de Pio IX, no Brasil sua implementação se fez por meio da ação dos bispos reformadores, dentre eles D. Antônio Ferreira Viçoso (Mariana), D. Antônio Joaquim de Melo e D. Lino Deodato⁴ (São Paulo), Dom Macedo Costa (Belém do Pará), Dom Vital de Oliveira em Olinda, D. Romualdo Seixas (Bahia) e D. Pedro Maria de Lacerda (RJ).

A maçonaria

A historiografia produzida pela academia muitas vezes se assemelha a um farol, que ilumina em certas direções, mas que deixa nas trevas os que ousem a navegar por outros mares. Dois exemplos típicos dessa assertiva: a história eclesiástica e a história da Maçonaria⁵. Se a primeira começou a despertar o interesse dos pesquisadores brasileiros entre finais dos anos 70 e início dos 80, a segunda só começou a figurar entre os estudos acadêmicos, a partir da década de 90. Até então, uma produção marcada por extrema passionalidade – contra ou a favor – com raríssimas exceções⁶.

Nessas primeiras interpretações, prevalecia a imagem da Maçonaria enquanto uma sociedade que conspirava contra o Trono e o Altar, vista como a própria sinagoga de satã, fato comprovado pelos discursos dos vários intelectuais ultramontanos. Em outras, tirava-se o aspecto religioso, reforçando o internacionalismo e mantendo a idéia de conspiração, como em Caio Prado Júnior⁷. Talvez, a tese mais criativa desses posicionamentos seja a o do ideólogo integralista Gustavo Barroso, a do complô judaico-maçônico-comunista⁸.

Com as inovações teóricas trazidas pela História Cultural, novos campos e novas abordagens surgiram e seus impactos se fizeram presentes. Com relação aos estudos sobre Maçonaria destacamos o conceito de sociabilidade elaborado pelo historiador

³ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Pio IX e o Catolicismo no Brasil. *REB*, Petrópolis, v. 40, n. 158, jun. 1980, p. 281.

⁴ Para um estudo acerca da ação pastoral de D. Lino Deodato ver GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 1991.

⁵ O ponto de partida do artigo de Célia M. Marinho de Azevedo é justamente o problema da pouca visibilidade da Maçonaria na historiografia brasileira. *Maçonaria: História e Historiografia*. *Revista USP*, São Paulo, v. 32, p. 178-189, fev. 1997.

⁶ Como por exemplo do texto de Célia de Barros Barreto, *A ação das sociedades secretas*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 1. São Paulo: Difel, 1970.

⁷ *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, 379-380

⁸ *Judaísmo, Maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1937; *Reflexões de um Bode*. 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Limitada, s/d; *História Secreta do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

francês Maurice Agulhon⁹. Sob esse prisma, a Maçonaria é encarada como uma das novas formas de sociabilidade burguesa, surgida no contexto do Iluminismo e portadora de certas especificidades, como o seu caráter secreto, a rígida hierarquia entre seus membros e rituais profundamente influenciados pelo esoterismo.

No Brasil, destacamos um conjunto de novas interpretações realizadas por membros da academia, que ressaltam uma Maçonaria que, apesar das diretrizes gerais, é marcada por especificidades históricas e locais, além de ambigüidades e cisões. Esses estudos vão além, ao abandonar teorias conspiratórias e interpretações simplificadas, que analisam a Ordem como um todo monolítico. Nesse sentido destaco os trabalhos de Alexandre Mansur Barata¹⁰, Eliane Lucia Colussi¹¹, Marco Morel¹² e Luis Eugênio Vescio¹³. Para um balanço historiográfico competente sobre a Maçonaria, destacamos também o texto de Célia Marinho de Azevedo¹⁴.

Há uma grande dificuldade entre os historiadores quanto ao estabelecimento de uma data para o surgimento da Maçonaria. Uma postura razoável seria considerá-la em suas feições modernas, e tal fato só ocorreu a partir dos trabalhos de fundação da Grande Loja de Londres em 1717 pelos pastores protestantes James Anderson e J. T. Desaguliers, e pela elaboração do Livro das Constituições, por esse último, em 1723. A criação da Grande Loja da Inglaterra demarca a transição da Maçonaria operativa, surgida na Idade Média pelos construtores das grandes catedrais para a Maçonaria especulativa, ou filosófica, onde passaram a ser aceitos não somente pedreiros, mas também livre-pensadores. A França foi o grande centro de difusão das idéias maçônicas, e segundo Maurice Agulhon, em 1789, o país possuía cerca de 50 mil iniciados e em todas as cidades existia pelo menos uma loja¹⁵.

A Maçonaria foi uma forma de sociabilidade típica da filosofia iluminista do século XVIII, marcada pelo racionalismo e pelo liberalismo. Estão presentes as idéias de secularização, de igualdade jurídica, de formas contratuais e democráticas de poder

⁹ Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale. 2ª ed. Paris: Fayard, 1984.

¹⁰ *Luz e sombras: a ação da Maçonaria brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999 e *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência*. (Tese de Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2002.

¹¹ *A Maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998 e *A Maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002.

¹² *Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamento para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.

¹³ *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio grande do Sul (1893-1828)*. Santa Maria/Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.

¹⁴ *Maçonaria: História e Historiografia*. *Revista de História*, São Paulo, v. 32, p. 178-189, fev. 1997.

¹⁵ "As sociedades de pensamento". In: Michel Vovelle (org.). *França revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 57, apud Alexandre Mansur Barata. *Luz e sombras: a ação da Maçonaria brasileira*, p. 32.

político, assim como a crença num princípio criador, caracterizado pelo deísmo, e maçonicamente designado por Grande Arquiteto do Universo.

Para Eliane Colussi não existe uma única definição de Maçonaria:

de modo geral, ela é vista como uma associação de caráter fraternal, organizada basicamente em rituais e símbolos, na qual o segredo ocupa papel fundamental. Os seus objetivos são o aperfeiçoamento moral e intelectual da sociedade e de seus filiados, assim como a promoção de ações filantrópicas¹⁶.

No Brasil, a Maçonaria teria penetrado entre fins do século XVIII e início do século XIX, por meio de estudantes formados nas universidades europeias, como Coimbra e Montpellier. Nesse momento de transição é difícil estabelecer, devido à escassa documentação, provas consistentes da ação dos maçons em movimentos de contestação colonial como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.

A história da Maçonaria no Brasil é também uma história de cisões, ocasionadas tanto pelas oposições entre os ritos predominantes – Francês e Escocês – quanto pelas disputas pessoais ou de projetos políticos, como ocorreu com o grupo de Ledo e José Bonifácio, congregados tanto no GOB quanto no Apostolado, ou entre o grupo de Saldanha Marinho e o do Visconde do Rio Branco, que levou à formação do GOB da Rua dos Beneditinos e do GOB da Rua do Lavradio.

Igreja e Maçonaria

As relações entre Maçonaria e Igreja são complexas, ainda mais se considerarmos a grande presença de padres maçons, especialmente no Brasil do século XIX, e as mudanças ocorridas no discurso da Igreja sobre as razões da condenação.

O primeiro pronunciamento oficial da Igreja sobre o assunto foi a bula *In Eminentí Apostolatus Specula*, do papa Clemente XII (28/04/1738) e que ameaçava os católicos maçons com a excomunhão. Esse documento foi reforçado pela Constituição Apostólica *Providas Romanorum* (18/05/1751) do papa Bento XIV. Esses documentos condenavam a Maçonaria mais pelo seu caráter secreto, o que a tornava digna de desconfiança por parte de todos os poderes constituídos, clericais ou leigos. Após a Revolução Francesa, onde alguns dos princípios fundamentais do liberalismo foram implementados e exemplarmente sintetizados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e na Constituição Civil do Clero, a Igreja recrudesce suas posições com relações aos maçons e demais sociedades secretas.

¹⁶ A Maçonaria brasileira no século XIX, p. 7.

De acordo com Eliane Colussi, durante o pontificado de Pio IX e Leão XIII, foram editados 201 documentos condenatórios¹⁷. Do papa Leão XIII destacamos a encíclica *Humanum Genus* (20/04/1884), considerado o mais extenso documento condenando a Maçonaria.

Igreja e Maçonaria no Brasil: a Questão Religiosa

Considerada o primeiro choque direto entre Maçonaria e Igreja no Brasil, a Questão Religiosa revelou também as contradições e ambigüidades do amálgama Estado-Igreja. Ela foi desencadeada pela expulsão de maçons das irmandades religiosas pelos bispos D. Vital de Olinda e D. Macedo Costa do Pará, que obedecendo diretamente as ordens emanadas do Vaticano, entraram em choque com as autoridades e com o sistema jurídico imperial.

O estopim da Questão Religiosa foi a expulsão do padre e maçom Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro D. Pero Maria de Lacerda. Numa festa organizada pelo Grande Oriente do Lavradio em 2 de março de 1872, em comemoração à Lei do Ventre Livre, o padre proferiu um discurso em homenagem ao Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e Grão-mestre da maçonaria brasileira¹⁸.

Acompanhando a postura oficial da Igreja e influenciado pelo clima acalorado dos debates nos jornais da corte, o bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira lançou um interdito sobre a irmandade do Santíssimo Sacramento até que esta se “depurasse” da presença dos maçons. Seguindo o exemplo de D. Vital, o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, aumentou o rigor da punição, ameaçando de excomunhão os maçons que participassem das associações religiosas e de extinção daquelas confrarias e irmandades que mantivessem em seus quadros pedreiros-livres.

Os maçons recursaram à Coroa defendendo a tese de que as bulas e demais documentos papais condenando a Maçonaria não tinham validade no Brasil, pois não haviam sido, de acordo com o direito de beneplácito, aprovadas pelo Imperador. Em 1874 Os bispos foram condenados a quatro anos de prisão com trabalhos, pena comutada em prisão simples, sendo anistiados no ano seguinte pelo gabinete presidido por Caxias¹⁹.

Igreja e maçonaria em Franca

¹⁷ *A Maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 15.

¹⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 338.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 364.

A primeira loja maçônica de Franca foi fundada em 1871 com o nome de *Amor à Virtude* e obedecia ao Rito Escocês Antigo e Aceito. Entre 1883 e 1896 a loja permaneceu fechada e o prédio foi doado à Intendência Municipal de Franca, sendo posteriormente devolvido à Maçonaria em 1890²⁰. A loja *Amor à Virtude* ressurgiu entre 1896 e 1899 com o nome de *Virtude e Segredo*²¹, retomando o seu nome original após esse período.

A segunda loja maçônica inaugurada em foi a Émile Zola, que funcionou de 1898 a 1906²² e praticava o Rito Francês ou Moderno. A Maçonaria exerceu uma influência considerável em Franca, fundando colégios e dirigindo obras filantrópicas²³.

Cândido Martins da Silveira Rosa nasceu em Jacareí e estudou no Seminário Episcopal de São Paulo, um dos grandes focos do ultramontanismo no país. Foi indicado para Franca em 1860, ficando no cargo até sua morte, em 1903²⁴. Destacou-se na imprensa local pela suas posições políticas conservadoras e pela sua cruzada contra a Maçonaria, o espiritismo, o protestantismo e o positivismo.

A vinda da Maçonaria e, posteriormente, a fundação de um jornal por alguns de seus mais importantes membros, desencadeou uma campanha difamatória por parte dos católicos conservadores.

De maneira geral, O Nono Distrito foi uma folha de tendências liberais, defensor das prerrogativas individuais, partidário da abolição e simpatizante crítico da causa republicana. Não combatia um partido específico, criticava pessoas, idéias, atitudes e instituições que consideravam um entrave ao que concebiam como progresso. Um desses elementos seria a figura de Monsenhor Rosa.

O Nono Distrito enfrentou oposição desde o primeiro mês de sua fundação, por parte das lideranças conservadoras locais, representadas na época pelo padre Cândido Rosa e pelo Juiz Joaquim Augusto Ferreira Alves. Ao que tudo indica essa oposição teria se tornado mais forte a partir da fundação do jornal *A Justiça*, em 10 de fevereiro de 1884²⁵.

²⁰ MAÇONARIA NA VIDA DE FRANCA (A). *Enfoque Franca*: Franca, ano 02, n. 13, julho de 2002, p. 13.

²¹ BARATA, Alexandre Mansur. *Luz e sombras: a ação da maçonaria brasileira*, p. 184.

²² MAÇONARIA NA VIDA DE FRANCA (A), op. cit., p. 12 - 13.

²³ BENTIVOGLIO, Júlio César. *Trajetória urbana de Franca: Centro (1805 – 1995)*. Franca: Fundação Municipal “Mário de Andrade”, 1996, p. 61. Ver também LIMA, Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz. *Espiritismo, Maçonaria e Medicina: práticas científicas da harmonia universal*. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Franca: UNESP, 1998, especialmente o quarto capítulo.

²⁴ Cf. NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *Monsenhor Rosa e sua participação na vida francana (1860 – 1903)*. (Mestrado em História) USP: São Paulo, 1979.

²⁵ *A Justiça*, era propriedade de José Garcia Duarte e José Teodoro de Melo, gerenciada por Estevão Marcolino Figueiredo, e de tinha por redator-chefe o bacharel Estevão Leão Bourroul, que publicava sob

O risco de empastelamento do jornal é atribuído ao juiz local Ferreira Alves e ao Padre Cândido Rosa, considerado pelos redatores, como o chefe do beatério francano. O *venerável* Francisco Barbosa Lima assim expôs a situação em dois artigos:

Pessoas sérias e insuspeitas nos previnem de que conspira-se contra a nossa folha e procura-se excitar contra nós o ânimo da gente rude e beata. Nem assim *O Nono Distrito* deixará de publicar-se regularmente; nem assim deixaremos de fustigar os tartufos, de advogar as idéias nobres e generosas, de combater a superstição e o fanatismo, de dizer a verdade, com o maior desassombro. [...] Exalta-se o padre, que do alto do púlpito insulta e detraí a torto e a direito, que não possui nenhuma das virtudes cristãs, que não é humilde, nem caridoso, nem manso, que não obedece às leis do estado, que é inimigo da paz e do progresso e pede-se a devolução da folha em homenagem a ele e insinua-se a reação contra nós, que estamos trabalhando dedicadamente pela prosperidade intelectual e material desta zona!²⁶

Desenvolver as “luzes” em Franca significava combater tudo aquilo que impedia sua propagação, e esses entraves foram cada vez mais associados à figura do Padre Cândido Rosa e aquilo que o *Nono Distrito* chamava de “beatério francano”. O maçom Barnabé Vincent expôs em dois artigos os males causados pelo beatério:

Pode dizer-se sem receio de errar: cidade beata, cidade corrupta. A beata, ordinariamente, presta-se a desempenhar os mais degradantes papéis, com especialidade um, que é designado por certa palavra de *onze letras*²⁷. Muitas catástrofes domésticas devem-se a essas mulheres de capote e lenço, as quais, não possuindo nenhuma das qualidades que tornam adorável o seu sexo, são entes verdadeiramente hediondos, desprezíveis e perigosos. O templo da mulher é o lar. Podem dizer o contrário energúmenos tonsurados, *que escandalosamente abusam do púlpito, e que, com estranha audácia, calcam aos pés as disposições da igreja relativas a párocos e pregadores*.²⁸

Por suas críticas veementes feitas à Maçonaria na época da Questão Religiosa, Monsenhor Cândido Rosa recebeu o apelido de “trovão do sul”, e à medida que o debate com os maçons se acalorava, novos elementos eram invocados, alimentando ainda mais a questão:

Resolvido em acossar sem tréguas os “pedreiros-livres”, o vigário insinuou que aos católicos não era permitido se filiarem a clubes secretos animados de princípios infernais e impôs às famílias que se esquivassem de quaisquer relações com gente da Maçonaria, sob pena de excomunhão. A campanha gorou em parte. E ele levou a perseguição ao púlpito. Eram abertamente amaldiçoados os maçons e seus amigos. Foi mais longe, o vigário, afixando na Matriz edital que proibia fossem os maçons membros de irmandades religiosas

o pseudônimo de Iskander. Publicada semanalmente, em seu cabeçalho trazia os seguinte dístico: “Semanário político, literário, comercial, noticioso. Órgão do Partido Conservador”. O Partido Conservador em Franca era formado por Estevão Leão Bourroul, seu fundador, além de Monsenhor Cândido Martins da Silveira Rosa, José Garcia Duarte, José Teodoro de Melo, Miguel Gomes, Antônio Carlos de Vilhena e José Antônio de Lima. Bourroul publicou em 1883 a obra “O Partido Conservador de Franca” na qual traçou as diretrizes do partido. NALDI, Mildred Regina Gonçalves. Coronelismo e poder local. *Franca: 1850-1889*. Franca: UNESP, 1992, p.85.

²⁶ *O Nono Distrito*, 16/04/1882, p. 2.

²⁷ Seria a tal palavra, concubinato?

²⁸ *O Nono Distrito*, 12/03/1882, p. 1.

e padrinhos de batizado e casamento. [...] Os maçons resolveram revidar às investidas do padre Cândido Rosa. Este se viu processado, criminalmente, por celebrar casamento religioso de menor, sem licença do juiz de órfãos. Terminou o caso pela absolvição do acusado²⁹.

O caso terminou com a absolvição do padre pelo juiz Ferreira Alves, alegando ser o crime de natureza particular³⁰.

Não conseguindo processar criminalmente Cândido Rosa, os redatores do Nono Distrito tentam convencer as autoridades eclesiásticas da necessidade de sua transferência. Alegando o fato de o vigário não ser colado e baseando-se nas disposições do Concílio de Trento, seus pedidos de remoção nunca foram aceitos:

“Ao Exmo. Bispo Diocesano,
O atual parócho da Franca do Imperador não é collado. Segundo se deduz do Concílio Tridentino, a inamovibilidade dos párochos é de absoluta necessidade para bem desempenharem suas importantes funções, quer pelo mesmo Concílio que pelo Alvará de 18 de abril de 1781, pelo Alvará de 19 de setembro de 1796, pela Lei de 22 de setembro de 1828, os Bispos têm obrigação de abrir concurso às Igrejas Parochiaes logo que se der vaga do respectivo vigário. E o padre Cândido é párocho encomendado da Franca há vinte e tantos anos. Durante tão longo espaço de tempo não prestou um só benefício à paróchia – a Matriz parece um casarão abandonado; o cemitério um pasto Franco – e devia haver dinheiro para concertá-los decentemente. A Franca está intelectual e moralmente n'um atraso vergonhosíssimo. Diante de qualquer tentativa de progresso intelectual e moral, ergue-se o Padre Cândido, fero, raivoso, medonho. Do Púlpito não ensina o Evangelho, não recomenda o amor, a humildade, a mansidão: prega ódio e violência; não se lhe conhece uma virtude: até quando continuará V. Ex. Revdma. a calcar os pés às expressas disposições da Igreja e do Estado? Quando abrirá concurso à Igreja de Franca?³¹”

Outro fato importante referente aos choques entre Igreja e Maçonaria em Franca, esteve relacionado ao enterro do Cristino de Paula e Silva, falecido em 10 de maio de 1882, e que teve suas exéquias e sepultura negados pelo padre Cândido Rosa. O artigo, publicado na sessão “Ecos e fatos” trazia uma breve nota: “tinha um defeito – o mais grave dos defeitos, na opinião asinina do tristemente célebre padre Cândido Rosa: – era liberal e maçom. Por esse motivo o seu cadáver não foi sepultado no cemitério desta cidade”³².

A proibição do enterro de Cristino de Paula e Silva no cemitério de Franca acirrou ainda mais a luta entre os maçons e o padre Cândido Rosa. No dia 10 de junho de 1882 a Loja Amor à Virtude celebrou públicas e solenes exéquias em sufrágio da alma de Cristino de Paula e Silva³³. No dia seguinte após a cerimônia, na edição de 11 de junho, o jornal publicou em seu editorial um artigo intitulado “os senhores padres”, estabelecendo uma comparação entre a Igreja primitiva, considerada modelo de devoção, e a Igreja moderna, vista como corrupta, envolvida com o poder e

²⁹ CONSTANTINO, Antônio. A Maçonaria e o Padre Cândido. *Comércio da Franca*, 02/11/1940, p.1.

³⁰ “O sr. Ferreira Alves”. *O Nono Distrito*, 18/02/1882, p. 3.

³¹ *O Nono Distrito*, 14/05/1882, p. 1.

³² *O Nono Distrito*, 14/05/1882, p. 3.

³³ “Exéquias”. *O Nono Distrito*, 21/05/1882, p. 2.

proclamadora da infalibilidade papal³⁴. Na terceira página da mesma edição, numa nota – “denúncia” – os redatores lembram do crime cometido por Cândido Rosa, quanto ao casamento celebrado sem a permissão da autoridade competente³⁵.

Como os cemitérios eram de inteira jurisdição da Igreja, o sepultamento de maçons e protestantes foi dificultada e até mesmo proibida em muitas localidades, dependendo do pároco local. David Gueiros Vieira citou o interessante caso do Vice-Almirante Joaquim José Inácio, Barão de Inhaúma, que após ter sido enterrado em 1869 na capital, teve a sua identidade maçônica revelada. O então bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, exigiu que o seu corpo fosse exumado e enterrado em qualquer outro lugar. O pedido do bispo não foi acatado e sua atitude gerou grande indignação na imprensa carioca³⁶.

A aquisição da tipografia por César Ribeiro³⁷ e a mudança de Gaspar da Silva para São Paulo, ainda que este permanecesse como colaborador, provocou uma amenização dos conflitos entre os maçons e Padre Cândido Rosa. Com a mudança na redação a partir de 1883, as referências diretas ao Padre Cândido Rosa diminuem, dando espaço à campanha abolicionista e ao acompanhamento das disputas partidárias. A luta contra o ultramontanismo, no entanto, continuava.

O ano de 1884 demarca o início de uma nova etapa para o jornal *O Nono Distrito*, marcada pela fundação do jornal *A Justiça*, e a saída de Barbosa Lima da redação. Jornal abertamente ultramontano, *A Justiça* defendia as prerrogativas dos senhores de escravos e combatia alguns dos princípios mais caros ao liberalismo.

Os antagonismos entre *O Nono Distrito* e *A Justiça* tornam-se inevitáveis pela questão do conservadorismo católico e pela posição escravista e monarquista de Estevão Leão Bourroul. A disputa entre as duas folhas se iniciou quando, *A Justiça* adquiriu o direito de publicar os editais da Câmara Municipal, composta nessa época por maioria conservadora³⁸.

Devido às lacunas das fontes, Infelizmente não pudemos acompanhar o desdobramento desse debate nos momentos cruciais do fim da monarquia e do trabalho escravo. É importante notar, todavia, que os posicionamentos de Monsenhor Cândido Rosa com relação à Maçonaria jamais se alteraram. Na recém instaurada

³⁴ *O Nono Distrito*, 11/06/1882, p. 1.

³⁵ *O Nono Distrito*, 11/06/1882, p. 3.

³⁶ *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980, p. 269.

³⁷ Na edição do *Nono Distrito* de 17 de maio de 1884, p. 1, César Augusto Ribeiro aparece como proprietário e redator-em-chefe e em 21 de junho do mesmo ano, p. 2-3, a referida venda é citada.

³⁸ *O Nono Distrito*, 11/03/1883, p. 1.

república, Em seus artigos publicados na *Tribuna da Franca*, o vigário continuava a condenar, não somente a Maçonaria, mas também o positivismo, o protestantismo e o espiritismo que começava a surgir na cidade. Eis alguns exemplos:

Rematando o que havemos dito, em nome de Deus, em nome da razão, em nome da fé cristã, e na comunhão de trezentos e cinqüenta milhões de católicos esparsos nas cinco partes do globo terráqueo, nós intimamos os sectários do positivismo, do maçonismo, do protestantismo, do espiritismo, exibam, demonstrem se forem capazes, um mártir, um milagre divino, um santo. Se o não fizerem como o cremos, lembramos-lhes em tão boa hora que não enganem ao povo, não mintam ao Evangelho, reconheçam os seus erros, voltem à Igreja católica, fora da qual culpavelmente, *culpabiliter*, não há não pode haver salvação possível da alma³⁹.

A morte de Cândido Rosa em 1903 selou um processo de acomodação nas relações entre Igreja e Maçonaria, que havia se iniciado ainda sob a vigência do jornal *O Nono Distrito*. O projeto ultramontano em Franca sofreu um arrefecimento, sendo retomado apenas em 1918 com a vinda dos Agostinianos liderados por Frei Gregório Gil das Mercês, e com a criação do jornal *O Aviso da Franca*. Uma nova campanha contra a Maçonaria e os demais “erros do século” então se iniciava.

Na incipiente imprensa da pequena Franca *fin de siècle*, existiu, sob o emaranhado novelo da luta partidária, uma trama visível apenas aos olhos atentos do historiador. Essa trama foi o debate ocorrido entre católicos ultramontanos e maçons acerca de projetos diametralmente opostos para a sociedade e a nação brasileira.

Referências bibliográficas

- AGULHON, Maurice. “As sociedades de pensamento”. In: Michel Vovelle (org.). *França revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 57.
- AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l’ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 2ª ed. Paris: Fayard, 1984.
- AZEVEDO, Célia Marinho M. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, v. 32, p. 178-189, fev. 1997.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luz e sombras: a ação da Maçonaria brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência*. (Tese de Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2002.
- BARRETO, Célia de Barros. A ação das sociedades secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 1. São Paulo: Difel, 1970.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. v.6. São Paulo: Difel, 1985, p. 338.
- BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
- BARROSO, Gustavo. *Judaísmo, Maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um Bode*. 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Limitada, s/d;
- BENTIVOGLIO, Júlio César. *Trajetória urbana de Franca: Centro (1805 – 1995)*. Franca: Fundação Municipal “Mário de Andrade”, 1996, p. 61.
- COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998 e
- CONSTANTINO, Antônio. A Maçonaria e o Padre Cândido. *Comércio da Franca*, 02/11/1940, p.1.

³⁹ *Tribuna da Franca*, 12/10/1900, p. 1.

- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 1991.
- LIMA, Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz. *Espiritismo, Maçonaria e Medicina: práticas científicas da harmonia universal*. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Franca: UNESP, 1998.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Pio IX e o Catolicismo no Brasil. *REB*, Petrópolis, v. 40, n. 158, jun. 1980, p. 281.
- MAÇONARIA NA VIDA DE FRANCA (A). *Enfoque Franca*: Franca, ano 02, n. 13, julho de 2002, p. 13.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 – 1960)*. Maringá: EDUEM, 2004, p. 45.
- MOREL, Marco. Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamento para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.
- NALDI, Mildred Regina Gonçalves. Coronelismo e poder local. *Franca: 1850-1889*. Franca: UNESP, 1992, p.85.
- NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *Monsenhor Rosa e sua participação na vida francana (1860 – 1903)*. (Mestrado em História) USP: São Paulo, 1979.
- NONO DISTRITO (O)*: 18/02/1882, 12/03/1882, 16/04/1882, 14/05/1882, 21/05/1882, 11/06/1882, 11/03/1883, (Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, Franca – SP).
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, 379-380
- TRIBUNA DA FRANCA*: 12/10/1900. (Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, Franca – SP).
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio grande do Sul (1893-1828)*. Santa Maria/Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980, p. 269.
- WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987, p. 178.